

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelo
Av. Mostardelo, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
Passo Fundo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	435.879	361.960	CIRCULANTE	216.868	162.453
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.634	2.926	DEPÓSITOS (NOTA 12)	91.377	63.244
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	5.627	-	Depósitos à Vista	46.809	41.370
Carteira Própria	5.627	-	Depósitos a Prazo	44.568	21.874
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	184.112	156.937	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	100.537	78.382
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	1	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	277
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	-	42	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	100.537	78.105
Correspondentes no país	137	543	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	508	712
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	183.974	156.351	Recursos em Trânsito de Terceiros	508	712
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	227.429	189.110	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	3.809	4.249
Operações de Crédito	240.314	198.837	Empréstimos País - Outras Instituições	3.809	4.249
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.885)	(9.727)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.637	15.866
OUTROS CRÉDITOS	13.336	12.177	Cobrança e Arrecadação de Tributos	26	21
Créditos por Avals e Fianças Honorados	149	21	Sociais e Estatutárias	1.035	711
Rendas a Receber	918	1.408	Fiscais e Previdenciárias	826	837
Créditos Específicos	523	459	Diversas (NOTA 15)	18.750	14.297
Diversos (NOTA 08)	12.523	10.870			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(777)	(581)			
OUTROS VALORES E BENS	1.741	810			
Outros Valores e Bens	1.990	800			
(Provisão para desvalorização)	(260)	-			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	11	10			
NÃO CIRCULANTE	71.068	66.232	NÃO CIRCULANTE	211.674	202.468
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	49.687	47.968	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	211.674	202.468
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	735	206	DEPÓSITOS (NOTA 12)	206.668	197.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	735	206	Depósitos a Prazo	206.668	197.012
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	48.952	47.693	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	872	890
Operações de Crédito	58.378	54.475	Repasse Interfinanceiros	872	890
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.426)	(6.782)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	4.134	4.566
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	-	69	Diversas	4.134	4.566
Diversos	-	69			
PERMANENTE	21.381	18.264	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.405	63.271
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	11.572	10.644	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	46.444	38.778
Outros Investimentos	11.572	10.644	De Domiciliados no País	46.494	38.860
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	6.248	4.490	(Capital a Realizar)	(50)	(82)
Imóveis de Uso	225	237	RESERVAS DE SOBRAS	26.788	20.220
Outras Imobilizações de Uso	8.973	7.036			
(Depreciação acumulada)	(2.950)	(2.783)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.173	4.273
INTANGÍVEL (NOTA 11)	3.561	3.130			
Outros Ativos Intangíveis	6.239	5.256			
(Amortização acumulada)	(2.678)	(2.126)			
TOTAL DO ATIVO	506.947	428.192	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	506.947	428.192

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)		Total	(Reapresentado)		Total	(Reapresentado)		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33.691	-	33.691	65.641	-	65.641	53.570	-	53.570
Operações de Crédito	33.274	-	33.274	64.922	-	64.922	53.557	-	53.557
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	416	-	416	706	-	706	6	-	6
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	13	-	13	7	-	7
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(28.607)	(274)	(28.881)	(52.232)	(435)	(52.667)	(39.771)	(360)	(40.131)
Operações de Captação no Mercado	(15.395)	(14)	(15.409)	(29.196)	(23)	(29.219)	(21.737)	(21)	(21.758)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.890)	(260)	(4.150)	(7.393)	(412)	(7.805)	(5.175)	(339)	(5.514)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.322)	-	(9.322)	(15.643)	-	(15.643)	(12.859)	-	(12.859)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.084	(274)	4.810	13.409	(435)	12.974	13.799	(360)	13.439
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.634)	1.457	(177)	(2.261)	2.683	422	(4.615)	3.474	(1.141)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.578	3.177	5.755	5.096	5.794	10.890	4.750	3.999	8.749
Rendas de Tarifas Bancárias	2.158	-	2.158	4.246	-	4.246	3.075	-	3.075
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.601)	(580)	(9.181)	(17.032)	(953)	(17.985)	(14.825)	(929)	(15.754)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(6.508)	(1.060)	(7.568)	(11.740)	(1.870)	(13.610)	(10.330)	(1.919)	(12.249)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(55)	(162)	(217)	(85)	(294)	(379)	(64)	(204)	(268)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	16.823	295	17.118	29.328	350	29.678	21.575	2.870	24.445
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(8.029)	(213)	(8.242)	(12.074)	(344)	(12.418)	(8.796)	(343)	(9.139)
RESULTADO OPERACIONAL	3.450	1.183	4.633	11.148	2.248	13.396	9.184	3.114	12.298
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	157	6	163	776	6	782	(150)	(1)	(151)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.607	1.189	4.796	11.924	2.254	14.178	9.034	3.113	12.147
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	418	418	-	-	-	-	(471)	(471)
Provisão para Imposto de Renda	-	243	243	-	-	-	-	(281)	(281)
Provisão para Contribuição Social	-	175	175	-	-	-	-	(190)	(190)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.607	1.607	5.214	11.924	2.254	14.178	9.034	2.642	11.676
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.254	(2.254)	-	2.642	(2.642)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.607	1.607	5.214	14.178	-	14.178	11.676	-	11.676
DESTINAÇÕES	-	-	-	(9.005)	-	(9.005)	(7.403)	-	(7.403)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.920)	-	(2.920)	(2.311)	-	(2.311)
Fates - Estatutário	-	-	-	(517)	-	(517)	(427)	-	(427)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.655)	-	(4.655)	(3.846)	-	(3.846)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(913)	-	(913)	(819)	-	(819)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.173	-	5.173	4.273	-	4.273

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina -
Sicredi Integração de Estados RS/SC

CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	31.617	15.555	2.659	49.831
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.656	-	(2.656)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.408	-	-	3.408
Baixas de capital	(1.191)	-	-	(1.191)
Resultado do período	-	-	11.676	11.676
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(427)	(427)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.846	(3.846)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.288	-	(2.311)	(23)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	819	(819)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	38.778	20.220	4.273	63.271
Mutações do Período	7.161	4.665	1.614	13.440
Saldos no início do período em 01/01/2016	38.778	20.220	4.273	63.271
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.247	-	(3.247)	-
Destinações para reservas	-	1.000	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	(26)	(26)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.359	-	-	3.359
Baixas de capital	(1.819)	-	-	(1.819)
Resultado do período	-	-	14.178	14.178
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(517)	(517)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.655	(4.655)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.879	-	(2.920)	(41)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	913	(913)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	46.444	26.788	5.173	78.405
Mutações do Período	7.666	6.568	900	15.134
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	42.370	21.220	8.964	72.554
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.757	-	-	1.757
Baixas de capital	(562)	-	-	(562)
Resultado do período	-	-	5.214	5.214
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(517)	(517)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.655	(4.655)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.879	-	(2.920)	(41)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	913	(913)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	46.444	26.788	5.173	78.405
Mutações do Período	4.074	5.568	(3.791)	5.851

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina -
Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00**

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.092	21.458	12.032
Resultado do semestre/exercício	5.214	14.178	11.676
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.878	7.280	356
(Reversão) Provisão para operações de crédito	5.546	5.802	(1.312)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	260	260	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	124	196	99
Depreciação do imobilizado de uso	333	645	580
Amortização do intangível	299	552	477
Baixas do ativo permanente	198	304	11
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(98)	(98)	1.180
Destinações ao FATES	(517)	(517)	(427)
Dividendos SicrediPar	(267)	136	(252)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(16.131)	10.018	33.389
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(47)	(529)	(206)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(369)	(5.627)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.563	-	119
Redução em créditos vinculados	72	42	130
Redução em relações com correspondentes	375	407	151
(Aumento) em operações de crédito	(64.612)	(45.380)	(24.633)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	43.156	22.137	6.807
(Aumento) em outros créditos	(1.129)	(1.421)	(3.647)
(Aumento) em outros valores e bens	(922)	(1.192)	(763)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.138)	37.789	51.731
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	191	(205)	(38)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(737)	(440)	416
Absorção de dispêndios pelo FATES	(148)	(427)	(266)
Aumento em outras obrigações	4.614	4.864	3.588
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.039)	31.476	45.421
Aquisição de Investimentos	-	(929)	(1.072)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.401)	(2.706)	(621)
Aplicações no Intangível	(187)	(983)	(1.372)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.588)	(4.618)	(3.065)
Integralização de capital	1.757	3.359	3.408
Baixa de capital	(562)	(1.819)	(1.191)
Juros ao capital próprio	(41)	(41)	(23)
Distribuição de Sobras	-	(26)	(3)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	1.154	1.473	2.191
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.473)	28.331	44.547
Caixa e equivalente de caixa no início do período	193.081	159.277	114.730
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	187.608	187.608	159.277

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	362.028	(68)	361.960
OUTROS CRÉDITOS	12.245	(68)	12.177
Diversos	10.938	(68)	10.870
Ativo Não circulante	66.164	68	66.232
OUTROS CRÉDITOS	1	68	69
Diversos	1	68	69
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.141)	-	(1.141)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.910	(161)	8.749
Rendas de Tarifas Bancárias	2.914	161	3.075
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	33.595	(206)	33.389
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	45.627	(206)	45.421
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.271)	206	(3.065)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 10 de Fevereiro de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	3.634	2.926
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	183.974	156.351
Total	187.608	159.277

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	735	206
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	735	206
Total realizável a longo prazo	735	206

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	5.627	-
Total circulante	5.627	-

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	121.296	38.577	159.873	138.155
Financiamentos	12.351	18.866	31.217	31.203
Financiamentos rurais e agroindustriais	106.667	935	107.602	83.954
Carteira total	240.314	58.378	298.692	253.312

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	149	-	149	21
Títulos e créditos a receber (i)	8.117	-	8.117	5.997
Total	8.266	-	8.266	6.018

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	183.298	135.476	916	677
Nível B	1,00	53.584	67.299	536	673
Nível C	3,00	29.225	23.319	877	700
Nível D	10,00	16.067	14.324	1.607	1.432
Nível E	30,00	5.603	3.607	1.681	1.082
Nível F	50,00	3.779	5.685	1.890	2.843
Nível G	70,00	1.143	1.360	800	952
Nível H	100,00	14.259	8.260	14.259	8.260
Total (i)		306.958	259.330	22.566	16.619

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 522 (2015 - R\$ 471).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			Total da Carteira	2015
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.927	20.023	22.424	17.863	62.237	57.281
Rural	372	11.159	95.136	935	107.602	83.954
Industrial	2.055	3.825	4.115	6.545	16.540	13.434
Comércio	690	16.265	38.860	13.444	69.259	59.225
Outros Serviços	1.098	9.858	20.773	19.591	51.320	45.436
Total	6.142	61.130	181.308	58.378	306.958	259.330

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	40.035	13,04	24.213	9,34
50 devedores seguintes	81.470	26,54	57.908	22,33
100 devedores seguintes	58.042	18,91	51.487	19,85
Demais	127.411	41,51	125.722	48,48
Total	306.958	100	259.330	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	17.090	18.303
Constituição de provisão	15.643	12.859
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.645)	(14.072)
Saldo final	23.088	17.090

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.262 (2015 - R\$ 1.914), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.330 (2015 - R\$ 8.310).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	68	134
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.699	1.455
Devedores por depósitos em garantia	1.695	1.373
Impostos e contribuições a compensar	339	1.146
Títulos e créditos a receber	8.117	5.996
Valores honrados	-	11
Devedores por convênios	78	52
Operações com cartões	62	13
Pendências a regularizar	6	391
Outros	459	299
Total Circulante	12.523	10.870
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	68
Títulos e créditos a receber	-	1
Total realizável a longo prazo	-	69

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	1.990	800
Imóveis	1.990	780
Veículos e afins	-	20
Despesas antecipadas	11	10
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(260)	-
Total Circulante	1.741	810

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 260 (2015 - R\$ 0) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	5.651	5.410
Sicredi Participações S.A.	5.920	5.233
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	11.572	10.644

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.920.703 ON 3.998.904 PN	1.697.845 ON 3.534.617 PN	1 Quotas	1 Quotas	5.651.607 Quotas	5.410.177 Quotas
Percentual de participação	0,68%	0,65%	0,63%	0,72%	1,61%	1,58%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	5.920	5.233	1	1	5.652	5.410

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.198	(2.950)	6.248	4.490
Imobilizações em curso	-	2.017	-	2.017	1.877
Terrenos	-	225	-	225	237
Instalações	10%	2.356	(369)	1.987	1.022
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.868	(800)	1.068	702
Sistema de comunicação	10%	150	(104)	46	32
Sistema de processamento de dados	20%	2.305	(1.531)	774	520
Sistema de segurança	10%	210	(87)	123	36
Sistema de transporte	20%	67	(59)	8	64
Intangível (i)	5% a 15%	6.239	(2.678)	3.561	3.130
Investimentos Confederação		6.239	(2.678)	3.561	3.130
Total		15.437	(5.628)	9.809	7.620

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	46.809	-	-	46.809	41.370
Depósitos a prazo	15.245	29.323	206.668	251.236	218.886
Total	62.054	29.323	206.668	298.045	260.256

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	100.537	78.105
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	100.537	78.105
Total circulante	100.537	78.105
Recursos do Crédito Rural	872	890
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	872	890
Total exigível a longo prazo	872	890

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/10/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	3.809	4.249
Cooperativa Central Sicredi Sul	3.809	4.249
Total circulante	3.809	4.249

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.439	1.436
Obrigações por convênios oficiais	8	10
Provisão para pagamentos a efetuar	3.434	2.940
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1.824	1.922
Provisão para coobrigações (i)	2.316	1.224
Juros dívida subordinada (ii)	425	-
Pendências a regularizar	-	156
Operações com cartões	7.687	5.530
Demais fornecedores	427	415
Credores diversos	1.190	664
Total circulante	18.750	14.297
Principal dívida subordinada (ii)	4.134	4.566
Total exigível a longo prazo	4.134	4.566

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	1.865	220	(355)	1.730
Cível	57	61	(24)	94
Total	1.922	281	(379)	1.824

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	1.730	1.865
Cível	Provável	94	57
Total		1.824	1.922

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 429 e R\$ 843 (2015 - R\$ 252 e R\$ 851), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	46.444	38.778
Total de associados	36.926	34.313

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.666 (2015 – R\$ 7.161), sendo R\$ 6.126 (2015 – R\$ 4.944) via integralização de resultados e R\$ 3.359 (2015 – R\$ 3.408), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.819 (2015 – R\$ 1.191).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,97% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.920, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo Garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 664 (R\$ 0 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	14.178	12.147
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.955)	(5.102)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	1
Provisão resgate milhas cartão	2	56
Provisão de PPR	11	18
Receita com atos cooperativos	5.008	3.614
Juros sobre o capital próprio	1.226	924
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	220
Outros	(292)	(202)
Subtotal	5.955	4.631
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(471)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	735	206
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	5.627	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	183.974	156.351
Outros Créditos - Rendas a receber	558	939
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.750	1.486
Investimentos (Nota 10)	11.573	10.644
Intangível (Nota 11)	3.561	3.130
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	101.409	78.995
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	3.809	4.249
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	7.525	5.563
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	4.559	4.566
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	706	6
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.880	64
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	24.139	18.309
Receitas não operacional - Doação SFG (Nota 18)	664	-
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.806	5.514
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	576	483
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 23)	5.183	4.793

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	155	0,33%	287
Depósitos a prazo	4.772	1,90%	3.914
Operações de crédito	1.109	0,37%	610

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.072	1.799

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 13.610 (2015 - R\$ 12.249), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.014	2.426
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	23.266	17.313
Reversão de provisões operacionais	4.287	1.771
Outras rendas operacionais	1.111	2.935
Total	29.678	24.445

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.119	667
Contribuição O.C.E.	86	59
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	227	337
Contribuição Confederação Sicredi	3.749	3.446
Cooperativa Central Sicredi Sul	608	528
Encargos da administração financeira	130	105
Repasse Administradora de Cartões	443	349
Outras provisões operacionais	4.267	957
Outras despesas operacionais	1.789	2.691
Total	12.418	9.139

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	73.883	74.105
Coobrigações em cessões de crédito	487	561
Total	74.370	74.666

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	76.804	62.495
Capital principal - CP	76.804	62.495
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	26.788	20.220
Lucros acumulados	5.173	4.273
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.601	776
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	3.648	4.566
Ativo classificado como dívida subordinada	3.648	4.566
Total do capital qualificado	80.451	67.061
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	45.577	41.742
Índice sobre o PR considerando a RBAN	18,60%	17,80%
Situação para o limite de imobilização	8.210	6.846
Índice de imobilização (limite 50%)	10,20%	10,21%

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Vidolmar Luiz Pazinato
Diretor Executivo
CPF: 472.940.270-72

Valdeci Nardi
Diretor de Operações
CPF: 487.700.430-00

Solange Leidemer
Contadora
CRC: RS: 069079/O-2
CPF: 619.885.880-49